

TRT-PR elege novos dirigentes



A composição plena do TRT do Paraná elegeu, em 5 de novembro, seus novos dirigentes, para a gestão 2007-2009. Para suceder a desembargadora Wanda Santi Cardoso da Silva (atual presidente) foi eleita a desembargadora Rosalie Michaele Bacila Batista. Os futuros vice-presidente e corregedor regional serão, respectivamente, os desembargadores Luiz Eduardo Gunther (na foto, à direita) e Ney José de Freitas (esquerda).

p. 2 e 3

Novas 2ª VT de Araucária e estrutura no PA de Rio Negro

Foram instalados, em 22 de novembro, a 2ª Vara do Trabalho e o Serviço de Distribuição dos Feitos de Araucária. Na mesma ocasião, foi inaugurada a nova sede da Justiça do Trabalho na cidade. Em 9 de novembro foi entregue a nova estrutura do Posto de Atendimento da Justiça do Trabalho de Rio Negro.

p. 5 e 8

Nesta Edição

- VIII Seminário da EAJ *p. 3*
- IX Seminário debate conciliação *p. 4*
- Des. Wanda: um biênio de realizações *p. 6 e 7*
- Lista tríplice ao TRT *p. 9*
- I Encontro Regionalizado de Saúde *p. 12*

Eleita a nova direção do TRT-PR

A composição plena do TRT do Paraná elegeu, em 5 de novembro, seus novos dirigentes, para a gestão 2007-2009. Para suceder a desembargadora Wanda Santi Cardoso da Silva (atual presidente) foi eleita a desembargadora Rosalie Michaele Bacila Batista. Os futuros vice-presidente e corregedor regional serão, respectivamente, os desembargadores Luiz Eduardo Gunther e Ney José de Freitas.

A posse dos novos dirigentes está marcada para 6 de dezembro, às 17 horas, no Plenário do TRT-PR, em Curitiba. Na oportunidade tomam posse, também, os presidentes das Turmas de desembargadores do TRT. O magistrado Tobias de Macedo Filho assume a 1ª Turma. Os desembargadores Rosemarie Diedrichs Pimpão, Marco Antônio Vianna Mansur, Arnor Lima Neto e Eneida Cornel serão empossados os presidentes da 2ª, 3ª, 4ª e 5ª Turmas, respectivamente.

A FUTURA PRESIDENTE



A desembargadora Rosalie Michaele Bacila Batista formou-se em Direito pela Universidade Federal do Paraná (turma de 1976), laureada pela instituição com a medalha de Ouro “Ernani Guarita Cartaxo”.

Cursou especialização em Direito Administrativo na Universidade Federal de Santa Catarina (2001), o Ciclo de Estudos Hispânico-Brasileiros em Direito Social e Processual (Madri e Barcelona, 2003), Normas Internacionais do Trabalho e Negociação Coletiva (Centro de Formação Internacional da OIT - Genebra e Turim) e Formação de Magistrados (Escola Nacional da Magistratura da França - Paris), em 2007. Militou na advocacia por quatro anos nas áreas cível, comercial e trabalhista até sua aprovação, como primeira colocada, em concurso público para integrar o quadro de servidores do TRT paranaense, em 1980. Dois anos depois, novamente mediante concurso e uma vez mais como primeira classificada, ingressou na carreira judicante trabalhista como juíza substituta. Promovida em 1986 à presidência da então denominada Junta de Conciliação e Julgamento (hoje Vara do Trabalho) de Foz do Iguaçu, presidiu sucessivamente as JCs de Paranaguá, 6ª, 11ª e 18ª de Curitiba, de onde saiu para o TRT promovida pelo critério de merecimento em 17 de junho de 1994. Presidiu até 2005 a 1ª

Turma da Corte, da qual integrou também o Órgão Especial e a Seção Especializada, além de compor comissões de concurso para juiz do trabalho. Foi membro do Conselho Administrativo da Escola de Administração Judiciária do Regional (2004-2005), período no qual foi a primeira coordenadora da Comissão de Responsabilidade Social do TRT. Como tal, deu início a ações voltadas à interação do órgão com a sociedade civil, notadamente na área ambiental. Em 2005, foi eleita por seus pares para a Vice-Presidência do Tribunal, acumulada com a função de Ouvidora-Geral. Nesse mister, promoveu a instalação e as primeiras ações da Ouvidoria Regional, que recebeu, nos seus primeiros onze meses de atividade, mais de 600 colaborações dos jurisdicionados. Dentre as atribuições como vice-presidente, destacou-se na mediação de dissídios coletivos. Firmou termo de cooperação com o Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que propiciou o aperfeiçoamento e a otimização das ações das duas Instituições, quanto à regularidade na execução pelo regime de precatórios. Ainda, no que se refere à execução contra a Fazenda Pública, destaque para as audiências conciliatórias e pagamentos consensuais, que resultaram na satisfação de 2.802 obrigações, num total aproximado de R\$ 113 milhões. Foi durante sua gestão que o TRT desenvolveu o e-Revista, software voltado à facilitação do trâmite de recursos interpostos ao TST e que serviu de base para o e-Recurso, hoje implementado também no STF. A magistrada é casada e mãe de três filhos.

OVICE-PRESIDENTE

O desembargador Luiz Eduardo Gunther é casado com a advogada Noeli Gonçalves da Silva Gunther, pai de sete filhos e graduado em Direito e História pela Universidade Federal do Paraná em 1977. Pela mesma instituição superior de ensino, obteve os títulos de mestre (2000) e doutor (2003) em Direito do Estado, com dissertação e tese relativas à Organização Internacional do Trabalho (OIT), às quais foi atribuída nota máxima. Natural de Concórdia (SC), lá militou durante dez anos na advocacia, presidindo a subseção local da Ordem dos Advogados do Brasil, também prestando assessoria jurídica a municípios e entidades sindicais da região. Ingressou na magistratura trabalhista do Paraná em 1987, após ser aprovado em



primeiro lugar em concurso. Foi promovido, sucessivamente, e sempre pelo critério de merecimento, à Presidência de Junta de Conciliação e Julgamento (hoje com a denominação de Vara do Trabalho) de Londrina, e depois removendo-se para Paranaguá e Curitiba e ao Tribunal, em 1988 e 1995, respectivamente. Foi presidente da Comissão de Regimento Interno e da Seção Especializada, e também da Associação dos Magistrados do Trabalho da 9ª Região (Amatra-IX), de 1990 a 1993. Recebeu do Tribunal Superior do Trabalho, em 1998, o título de Comendador da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho. Participou, como conferencista ou debatedor, de mais de 500 congressos, simpósios, encontros e seminários sobre temas ligados ao Direito do Trabalho. Desde 1987 é professor titular das Faculdades Curitiba, hoje Unicuritiba, da graduação, especialização e, atualmente, do programa de mestrado. Também atua como professor convidado da Escola Superior de Advocacia (ESA-OAB-PR), da Academia Paranaense de Estudos Jurídicos (APEJ), Escola de Administração Judiciária (EAJ-TRT-PR) e Ematra - Escola da Amatra-IX. Em 2001 passou a fazer parte do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná como sócio efetivo. É autor de diversas obras jurídicas (também em co-autoria e coordenação), além de obras de poesia, teatro e artigos regularmente publicados em revistas especializadas no Direito do Trabalho. Em 7 de novembro de 2005 foi eleito pelos seus pares corregedor regional da Justiça do Trabalho do Paraná, tendo tomado posse no cargo em 7 de dezembro do mesmo ano. Em 2007 foi eleito com expressiva votação tomando posse como membro permanente da Academia Nacional de Direito do Trabalho, que possui entre seus integrantes os ministros Arnaldo Süssekind e João Oreste Dalazen, além de juristas como os paranaenses Manoel Antonio Teixeira Filho e José Affonso Dallegre Neto.

ONOVO CORREGEDOR REGIONAL

O desembargador Ney José de Freitas bacharelou-se em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná em 1980. Tornou-se especialista em Direito Público pela PUC-SP em 1981, mestre em Direito pela PUCPR em 2000 e doutor em Direito pela UFPR em 2003. Iniciou o magistério superior em 1981, aprovado em



NONA

É UMA PUBLICAÇÃO MENSAL DO TRT-PR. PRESIDENTE: DESEMBARGADORA FEDERAL WANDA SANTI CARDOSO DA SILVA. VICE-PRESIDENTE: DESEMBARGADORA FEDERAL ROSALIE MICHAELE BACILA BATISTA. CORREGEDOR-REGIONAL: DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ EDUARDO GUNTHER. DIRETOR-GERAL: OSMAN CESAR BOZZO SILVA. SECRETÁRIA GERAL DA PRESIDÊNCIA: ADELIA LUCIA DE FINIS. SECRETÁRIA DO TRIBUNAL PLENO, ÓRGÃO ESPECIAL E SEÇÃO ESPECIALIZADA: ANA CRISTINA NAVARRO

LINS. ASSESSORA DE COMUNICAÇÃO E JORNALISTA RESPONSÁVEL: JUSSARA ELISA (MTB 2440/PR). REDAÇÃO: CÉSAR CALDAS, JUSSARA ELISA, MARCOS BADDINI e ROSSANA TUOTO. FOTOGRAFIAS: IRENE PIOKER, JUSSARA ELISA, LUIZ MUNHOZ, MARINYR CHILA, ARQUIVO TRT-PR e DIVULGAÇÃO. APOIO: JOEL GOGOLA e VERA GUTMANN. DIAGRAMAÇÃO e ARTE FINAL: MARCOS BADDINI. IMPRESSÃO: GRÁFICA CAPITAL.

Sugestões e opiniões para o NONA: Assessoria de Comunicação Social do TRT-PR - Rua Vicente Machado, 400 (Anexo Administrativo), 10º Andar, Centro, CEP 80420-010, Curitiba-PR - Fone/Fax: (41) 3310-7171 / asc@trt9.gov.br

1º lugar em concurso público para reger a cadeira de Direito Administrativo na PUCPR. Ao mesmo tempo, exerceu a advocacia, na condição de consultor jurídico da Federação do Comércio Varejista, de sindicatos filiados, do Senac e da Secretaria da Administração do Paraná. Ingressou na magistratura do trabalho em 1988, tendo sido classificado em 1º lugar no concurso público. Promovido por merecimento, exerceu o cargo de juiz presidente da JCJ de Pato Branco. Posteriormente, por remoção, desempenhou a função nas JCJs de União da Vitória, 4ª e 17ª de Curitiba. Em 1996, igualmente por merecimento, foi promovido ao cargo de desembargador do Tribunal. Integra, atualmente, o Órgão Especial, a Seção Especializada (é seu presidente no biênio 2006/2007) e a 2ª Turma. Estreou na literatura em 1994, com o livro de poesias “O Canto do sabiá e outros

poemas”, Editora JM. Ainda no campo da poesia, publicou em 2003 “Pedaços de Vida”. Publicou diversos artigos e participou de várias obras coletivas na área do Direito, sendo autor também de “Dispensa do empregado público e o princípio da motivação” (Ed. Juruá, 2002) e “Ato Administrativo: presunção de validade e a questão do ônus da prova” (Ed. Fórum, 2007). Em co-autoria com o desembargador Luiz Eduardo Gunther, publicou “Registro sindical no Brasil” (Ed. JM, 1997). Entre suas muitas colaborações em obras coletivas, destacam-se “A inexistência de citação e os embargos do devedor no processo do trabalho – estudos em homenagem ao ministro João Oreste Dalazen” (LTr, 2002), “Repensando a Teoria do Estado”, em obra organizada por Ricardo Marcelo Fonseca, “Cenários do Direito Administrativo: estudos em home-

nagem ao professor Romeu Felipe Bacellar Filho” e “Direito Administrativo Contemporâneo: estudos em memória do Professor Manoel de Oliveira Franco Sobrinho” (todos da Ed. Fórum).

Em 1998 recebeu do TST a Ordem do Mérito Judiciário no grau de Comendador e em 2005 a distinção honorífica literária “Mérito Fernando Amaro”, concedida pela Câmara Municipal de Curitiba.

É membro efetivo do Centro de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná. Diretor da Escola de Administração Judiciária do TRT-PR no biênio 2006/2007, é professor nos cursos de especialização em Direito das instituições: Unicuriçuba, Unibrasil, Mater Dei de Pato Branco e Universidade Estadual de Ponta Grossa, bem como do curso de preparação para o ingresso na magistratura da Ematra-PR.

DIPLOMA JUBILEU DE PRATA

Na sessão do Tribunal Pleno do dia 5 de novembro houve homenagem a juízes e servidores que completaram 25 anos de atividade na Justiça do Trabalho em 2007. Os magistrados Rosalie Michael Bacila Batista (vice-presidente do TRT-PR) e Manoel Vinícius de Oliveira Branco receberam o diploma Magistrado Jubileu de Prata. Receberam o diploma Servidor Jubileu de Prata Adelia Lucia De Finis, Cristina Aparecida Streisky, Cristina Siatkowski Werggrzn, Darci Bueno de Melo dos Santos, Enilce Francisca Rocha, Francisco Stori, Getúlio Luiz Scopel, João Batista de Souza, Luciane Antunes de Oliveira, Luciene Moreira Petri Martins, Mara Maria Viana, Maria Denize Cavalheiro da Silva, Paulo Emílio Teixeira Neto e Zoni Nunes.

Seminário na EAJ aborda Direito e Psicologia

A Escola de Administração Judiciária do TRT-PR realizou em 23 de novembro o seu VIII Seminário de 2007, abordando o tema “Direito e Psicologia”. O evento contou com a participação de juízes, assessores de gabinete de desembargadores e assistentes de juízes de varas do Trabalho de Curitiba, no auditório da EAJ, em Curitiba.

A primeira palestra, “O estresse ocupacional do juiz do Trabalho”, teve como palestrante a psicóloga clínica Isolina Maria Proença, que apresentou os sintomas e as fases do estresse ocupacional, que, segundo ela, atinge 70% dos juízes do Trabalho e apenas 27% dos trabalhadores em fábricas.

Segundo a palestrante, “profissionais que têm sob responsabilidade lidar com pessoas e comprometimento com a vida das mesmas, como é o caso dos juízes do Trabalho, são mais vulneráveis ao desenvolvimento do estresse”.

Professora do Instituto de Psicologia e Controle do Estresse de Campinas, a palestrante expôs os sintomas físicos e psicológicos do estresse, que, segundo ela, se desenvolvem frente a situações que representam um desafio para o indivíduo. “O estresse passa a ser excessivo quando a pessoa não possui, no momento, recursos psicológicos de enfrentamento adequados”, acrescentou.

Para lidar com o estresse, a psicóloga Isolina Proença aconselha a adoção de hábitos saudáveis, “que incluem quatro pilares:

exercício físico, alimentação adequada, relaxamento e equilíbrio emocional”.

A segunda palestra do dia teve como palestrante a desembargadora vice-presidente do Tribunal Federal da 3ª Região (São Paulo), Suzana de Camargo Gomes, que abordou o tema “Psicologia do Testemunho”. Diretora da Escola de Magistrados do TRF da 3ª Região, a palestrante expôs questões relacionadas às técnicas psicológicas de inquirição de testemunhas.

Conforme a desembargadora Suzana de Camargo Gomes, é imprescindível que o juiz detenha conhecimentos a respeito da psicologia do testemunho. “Observando conceitos e técnicas psicológicas, os juízes poderão, com maior segurança, desvendar os mistérios da alma humana quando da coleta da prova testemunhal, colhendo subsídios revestidos de maior margem de certeza para a formação de convencimento para um julgamento correto e justo”, destacou.

A palestrante enfatizou a importância do juiz ter paciência ao inquirir as testemunhas, ouvindo com interesse, atenção e tato, sem provocar inibições no interlocutor. “Para a pessoa que está sendo inquirida é difícil a comunicação devido ao temor reverencial que a função do juiz desperta”, acrescentou.

Finalizando, a desembargadora Suzana de Camargo Gomes frisou que durante um depoimento o juiz deve estar imbuído do propósito de descobrir a verdade, “utilizando a paciência, sem se deixar levar pelo volume de processos que atribula seu cotidiano”.



A psicóloga clínica Isolina Maria Proença e a desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão, do Conselho de Administração da EAJ, durante a palestra sobre “O estresse ocupacional do juiz do Trabalho”



A desembargadora do TRF 3ª Região Suzana de Camargo Gomes, e o desembargador Ney José de Freitas, diretor da EAJ, durante a palestra “Psicologia do Testemunho”

Técnicas para conciliação debatidas na EAJ

Pela primeira vez, a EAJ do TRT realizou num mesmo mês dois seminários. A IX edição foi em 30 de novembro e teve por tema “Técnica de Juízo Conciliatório”. Esteve sob a coordenação dos juízes do trabalho Daniel Rodney Weidman e Marcos Vinícius Nenevê, integrantes da Comissão de Conciliação do TRT - PR.

A primeira palestra foi proferida pela mestre em Direito (PUCPR) e juíza do trabalho substituta Vanessa Karam de Chueiri Sanches, que abordou técnicas de conciliação debatidas em evento da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho - Enamat.

Em seguida, a servidora do TRT paranaense Marieta Giannico de Coppio Siqueira Nobile, mestre em Estudos da Paz e da Justiça pela Universidade de San Diego, CA (USA), lotada no Juízo Auxiliar de Conciliação de 2º Grau, focou sua palestra no funcionamento

e procedimentos dos juízos auxiliares de conciliação de 1º e 2º graus adotados na Justiça do Trabalho do Paraná.

A mestre em Psicologia Clínica pela PUC-SP Marisa Schmidt Silva fez exposição sobre aspectos psicológicos da conciliação jurídica. Coordenadora do curso de especialização em Psicologia Jurídica da PUCPR (onde leciona também no curso de graduação), a palestrante é ainda especialista em Psicodrama, Psicomotricidade e Psicoterapia Sistêmica. Enfatizou que na negociação cada uma das partes terá que fazer concessões e ampliar sua comunicação, sendo o juiz o facilitador para esse processo, uma vez que se ele conhecer um pouco mais da ciência psicológica e dos comportamentos humanos seu trabalho será mais seguro e eficaz.

Coube ao juiz do trabalho da 12ª Região (Santa Catarina) e mestre em Ciência Jurídica pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali),

José Ernesto Manzi, o proferimento da última exposição, intitulada “Técnicas de mediação aplicadas à conciliação”. Coordenador técnico da Escola Judicial e de Administração Judiciária do TRT-SC e especialista em Direito Administrativo pela Universidade de Roma-La Sapienza, em Processo Civil (Unoesc Chapecó) e em Processo Constitucional (Universidade de Castilla La Mancha-Toledo-Espanha), o palestrante destacou que a conciliação não é uma forma anômala de extinção do processo; é a forma mais rápida, menos onerosa e mais vantajosa (para o Estado e para as partes) na solução das lides. Enfatizou, entretanto, que todo o processo tem um custo psicológico para as partes. E ressaltou que a conciliação a qualquer preço deve ser evitada, uma vez que a estatística deve ser encarada de forma secundária, sendo que o essencial é a conciliação como legítima prestação jurisdicional.

EAJ completa dois anos

No dia 5 de dezembro, a partir das 14 horas, será realizada palestra em comemoração ao segundo ano de instalação da Escola de Administração Judiciária do TRT-PR e de encerramento das atividades de 2007 da unidade. O evento encerra, ainda, o biênio (2006-2007) do desembargador Ney José de Freitas como diretor da EAJ. O magistrado inicia em dezembro uma nova etapa profissional - agora como corregedor regional. Na oportunidade o professor Mário Sérgio Cortella falará sobre “Ética e Magistratura”. O palestrante é filósofo, mestre e doutor pela PUC-SP, professor titular do Departamento de Teologia e Ciências da Religião e da pós-graduação em Educação da PUC-SP. Autor de diversos livros, dentre outros livros, “A Escola e o conhecimento”; “Nos labirintos da Moral”; “Não espere pelo Epitáfio: provocações filosóficas” e “Não nascemos prontos!”. A conferência será das 14h às 16h, na Av. Vicente Machado, 400, em Curitiba.

Programa Justiça do Trabalho Responde é finalista de Prêmio

O programa “Justiça do Trabalho Responde” do TRT do Paraná, em parceria com a Rádio Clube e Amatra-IX, é um dos três finalistas da categoria “Judiciário Cidadão” do Prêmio Anamatra de Direitos Humanos. O programa vencedor será divulgado no dia 11 de dezembro. O “Justiça do Trabalho Responde” vai ao ar na Rádio Clube / Rede Eldorado, AM, em ondas médias (1.430 KHz) e com alcance mundial em ondas curtas, no jornal da manhã a partir das 6 horas. Também é disponibilizado nos sites da Rádio Justiça e do TRT-PR (www.trt9.gov.br), em notícias. O programa é voltado ao esclarecimento de dúvidas sobre direitos trabalhistas. Os ouvintes podem encaminhar perguntas para o e-mail trtresponde@trt9.gov.br.

Cerca de 2 mil audiências na Semana da Conciliação

A Justiça do Trabalho do Paraná aderiu à Semana Nacional de Conciliação (3 a 8 de dezembro), com vista a obter o maior número possível de acordos em audiências agendadas, que somam aproximadamente 2 mil.

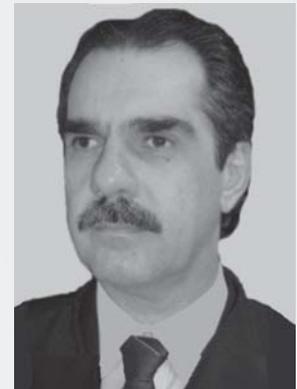
O Juízo de Conciliação do 2º Grau marcou 29 audiências. O Juízo de 1º Grau, 30. As Varas do Trabalho já agendaram 1.947 audiências. Das 81 unidades de primeiro grau, 38 encaminharam ao TRT a estatística parcial de audiências marcadas para o período. Em média, cada Vara já designou 51 audiências. Outras 14 VTs informaram a perspectiva de realização de audiências-relâmpago (de 10 em 10 minutos).

Audiências públicas discutiram registro audiovisual de audiências

Para coleta de propostas à implantação e regulamentação do registro audiovisual das audiências realizadas na Justiça do Trabalho da 9ª Região, o desembargador federal do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, Sérgio Murilo Rodrigues Lemos, presidiu, nos dias 12 e 13 de novembro, audiências públicas com empregados, empregadores, sindicatos, advogados, membros do Ministério Público do Trabalho e magistrados.

A audiência pública de 12 de novembro foi realizada em Curitiba, na Escola de Administração Judiciária do TRT da 9ª Região.

No dia 13, a reunião foi realizada no auditório do Fórum da Justiça do Trabalho de Londrina, naquela cidade.



Desembargador do TRT-PR Sérgio Murilo presidiu as audiências públicas



Presidente da Amatra-IX, juiz José Mario Kohler; diretor do Fórum da Justiça do Trabalho de Maringá, juiz Marcus Aurélio Lopes; desembargador do TRT-PR, Ney José de Freitas e o homenageado

Foi promovido na noite de 30 de novembro, em Maringá, jantar em homenagem ao ministro do TST, ex-presidente do TRT-PR (2004-2005) Fernando Eizo Ono. A homenagem aconteceu na Associação dos Funcionários da Cocamar e reuniu autoridades e lideranças de Maringá e região.

Araucária ganha 2ª Vara e nova sede

Foi instalada, em 22 de novembro, a 2ª Vara do Trabalho e o Serviço de Distribuição dos Feitos de Araucária. Na mesma ocasião, foi inaugurada a nova sede da Justiça do Trabalho na cidade. A 2ª VT de Araucária é a 20ª das 25 autorizadas para o Paraná pela Lei 10.770/2003, passando a 9ª Região da Justiça do Trabalho a contar com 81 unidades de primeiro grau.

A solenidade foi presidida pela vice-presidente e ouvidora-geral, desembargadora federal do Trabalho Rosalie Michaele Bacila Batista, e prestigiada pelos desembargadores do TRT-PR Altino Pedrozo dos Santos (membro do Conselho Nacional de Justiça), Ney José de Freitas (Diretor da Escola de Administração Judiciária), Rosemarie Diedrichs Pimpão, Arnor Lima Neto e Edmilson Antonio de Lima.

O prefeito Municipal Olizandro José Ferreira e o presidente da Câmara, vereador Esmael Antonio Ferreira Padilha, e demais autoridades locais compareceram à solenidade, que contou com a participação do vice-presidente da Associação dos Magistrados do Trabalho da 9ª Região, juiz Bráulio Gabriel Gusmão e do procurador-chefe substituto da Procuradoria Regional do Trabalho da 9ª Região, Ricardo Bruel da Silveira.

O titular da até então única Vara do Trabalho de Araucária, juiz Fabrício Nicolau dos Santos Nogueira, e o diretor do Fórum da Justiça do Trabalho local, juiz do trabalho substituto Luciano Augusto de Toledo Coelho, receberam as autoridades.

PRONUNCIAMENTOS

O presidente da subseção de Araucária da Ordem dos Advogados do Brasil, advogado Mário Masahar Suzuki, em seu discurso enalteceu a decisão da direção do TRT-PR em dotar o município de mais uma



Autoridades presentes à solenidade de instalação da 2ª Vara do Trabalho e de inauguração do novo Fórum da Justiça do Trabalho de Araucária

Vara do Trabalho. “Nós advogados e partes ganhamos um local confortável e moderno para buscarmos a solução dos conflitos trabalhistas com harmonia”, sublinhou.

O procurador do trabalho Ricardo Bruel da Silveira também elogiou a ampliação do atendimento aos jurisdicionados que vem sendo disponibilizada pelo TRT-PR. “A Justiça do Trabalho tem efetivado as condições para que patrões e empregados exerçam os seus direitos”, acrescentou.

Em seu pronunciamento, o prefeito Olizandro José Ferreira manifestou o orgulho da administração em contribuir com a construção da nova sede - o terreno foi doado pelo município. “A Justiça do Trabalho tem sido importante para assegurar o desenvolvimento harmônico de nossa cidade”, frisou.

Agradecendo a direção do TRT-PR pela concretização da nova sede, o juiz Fabrício Nicolau dos Santos Nogueira garantiu em seu discurso que “a instalação da 2ª Vara deverá desafogar a intensa movimentação processual, dobrando a capacidade de solução das ações ajuizadas e revertendo uma tendência de acúmulo de feitos trabalhistas”.

A vice-presidente do TRT, desembarga-

dora Rosalie Michaele Bacila Batista, falando em nome da direção da Corte, agradeceu a todos que contribuíram para a viabilização da nova sede, principalmente a administração municipal e aos vereadores. “Que este espaço represente o esforço de todos, sendo o local no qual, antes da solução dos conflitos, busque-se sempre a conciliação”, finalizou.

PLACA, FITA E BÊNÇÃO

A placa alusiva à inauguração da nova sede do Fórum da Justiça do Trabalho e à instalação da 2ª Vara do Trabalho e do Serviço de Distribuição dos Feitos de Araucária foi descerrada pelos desembargadores do TRT Altino Pedrozo dos Santos (membro do CNJ) e Rosemarie Diedrichs Pimpão, pelo juiz do trabalho Fabrício Nicolau dos Santos Nogueira e pelo presidente da Câmara Municipal de Araucária, vereador Esmael Antonio Ferreira Padilha.

Na seqüência, o desembargador do TRT Ney José de Freitas e o prefeito Olizandro José Ferreira desenlçaram a fita inaugural. Encerrando a solenidade, foi ministrada bênção às novas instalações, pelo missionário Marco da Costa.



Juiz Fabrício Nogueira, desembargadora Rosemarie Pimpão, vereador Esmael Padilha e desembargador Altino dos Santos descerrando a placa alusiva à instalação da 2ª VT e à inauguração da nova sede do Fórum da Justiça do Trabalho de Araucária

Desembargador Ney José de Freitas e prefeito Olizandro José Ferreira desenlçam a fita inaugural



Professores paraguaios recebidos no TRT-PR

Participando de programa de intercâmbio para conhecer o sistema judiciário brasileiro, dez professores (entre eles três magistrados) do curso de Direito da Universidade Nacional de Leste, na Cidade de Leste (Paraguai), visitaram em 8 de novembro o Tribunal Regional do Trabalho do Paraná.

Apresentada pelo advogado da Itaipu Binacional de Foz do Iguaçu Antonio Dilson Pereira, a comitiva de professores paraguaios (das áreas criminal e da criança e do adolescente) foi recebida pela presidente do TRT-PR, desembargadora federal do Trabalho Wanda Santi Cardoso da Silva.

Os visitantes também conheceram a Sala de Sessões Plenárias do TRT e assistiram à sessão de julgamento da 5ª Turma.



Comitiva de professores paraguaios com a presidente do TRT, desembargadora Wanda Santi Cardoso da Silva

Des. Wanda: um biênio de realizações

Ao dar posse à sucessora, na tarde de 6 de dezembro, a desembargadora Wanda Santi Cardoso da Silva estará encerrando um ciclo bienal em que a 9ª Região da Justiça do Trabalho experimentou muitos avanços.

NOVAS VARASE SEDES

Por representar o aumento da capacidade de prestar a jurisdição e aproximar o Judiciário da população, o principal avanço foi a instalação de seis novas Varas do Trabalho, ampliando em 8% tais unidades de primeiro grau, bem assim as edificações para abrigá-las ou relocar as preexistentes.

Em 10 de março de 2006, foi instalada a Vara de **Cambé**, com jurisdição sobre o município sede e os de Bela Vista do Paraíso, Primeiro de Maio e Sertãoópolis - todos sujeitos até então às seis varas de Londrina. Em 31 do mesmo mês, também **Santo Antonio da Platina** passou a sediar uma Vara do Trabalho, recebendo de imediato cerca de 1.200 processos que tramitavam nas unidades de Jacarezinho e de Cornélio Procopio. A nova VT passou a exercer jurisdição sobre os municípios de Carlópolis, Joaquim Távora, Quatiguá, Jundiá do Sul e Guapirama (além da cidade-sede). Em 19 de outubro do mesmo ano, foram instalados a 2ª Vara e o Serviço de Distribuição de Feitos de **São José dos Pinhais**. O ato coincidiu com a inauguração da nova sede da Justiça do Trabalho na cidade, com 2.238 m² distribuídos em dois pavimentos. **Cascavel** passou a contar com sua 3ª VT no dia 7 do mês seguinte, quando foi inaugurada a ampliação do prédio para abrigá-la. A edificação se comunica com o espaço físico onde já se encontravam as duas primeiras unidades cascavelenses e, na oportunidade, passou a funcionar também anexo de 793 m² para a Setorial Administrativa do TRT para o Oeste do Paraná, com escritório, almoxarifado e oficina, dentre outras dependências.

Foi instalado, em 19 de abril de 2007, o Posto de Atendimento de **Palmas**, vinculado à Vara do Trabalho de Pato Branco e com jurisdição sobre as cidades de Clevelândia, Coronel Domingos Soares, Honório Serpa, Mangueirinha e Palmas. Os 190 m² utilizados pelo PA foram cedidos pelo Banco do Brasil.

Em junho de 2007 foi a vez de **Pinhais** ganhar autonomia jurisdicional trabalhista, com a instalação de vara sediada no município e abrangência também sobre as cidades de Piraquara, Campina Grande do Sul e Quatro Barras.

Francisco Beltrão teve inaugurada nova sede própria em 22 de outubro de 2007. 639 m² foram erigidos no terreno - recepcionado pela Justiça do Trabalho do poder público municipal sem ônus - de 1.050 m².

Em 9 de novembro deste ano, o posto avançado da Justiça do Trabalho em **Rio Negro** ganhou nova estrutura, transformando-se efetivamente em Posto de Atendimento, com lotação fixa de servidores. Vinculado à 1ª VT de São José dos Pinhais, a jurisdição estende-se também aos municípios de Quitandinha, Piên e Campo do Tenente. Seu funcionamento dá-se nas depen-

dências da Prefeitura de Rio Negro.

Em 22 de novembro, o município de **Araucária** ganhou mais uma Vara do Trabalho (a 2ª), o Serviço de Distribuição dos Feitos e nova sede para o Fórum da Justiça do Trabalho, construída em terreno doado pelo prefeitura municipal.

OUTRAS OBRAS

Nos dias 5 e 6 de junho de 2007, respectivamente, foram oficialmente iniciadas as obras que resultarão em breve nos novos Fóruns do Trabalho de **Londrina** e **Maringá**. O primeiro, cuja conclusão é prevista para julho de 2008, tem custo estimado em R\$ 6,679 milhões, dos quais R\$ 4,8 milhões do orçamento do Tribunal, R\$ 300 mil provenientes de emenda orçamentária de autoria do deputado Luiz Carlos Haully e R\$ 1,279 milhão de crédito suplementar oriundo do TST. O complexo está sendo edificado em local que pertenceu ao extinto IBC em Londrina. O futuro fórum maringaense (onde funcionou o antigo aeroporto da cidade), por seu turno, deve ficar pronto em março de 2008, a um custo de R\$ 8,776 milhões, complementados por emenda dos senadores Osmar Dias e Flávio Arns - respectivamente, de R\$ 100 mil e R\$ 150 mil. A obra compreenderá 8.772 m² de construção, aí incluída a Setorial Administrativa do Norte.

Ao longo do biênio, foram efetivados vários reparos parciais e adaptações voltados à melhoria das dependências da Justiça do Trabalho nas duas instâncias, notadamente no interior do estado. No edifício-sede do Tribunal, em Curitiba, a mais profunda intervenção remodelou o espaço das secretarias das cinco turmas. A Seção Médico-Odontológica e de Higiene e Segurança do Trabalho, teve também ampliadas suas instalações, tanto na sede do TRT, quanto no Anexo Administrativo do Fórum de Primeiro Grau da capital. Ao anexo foi proporcionada maior segurança, com a montagem de escada metálica de emergência junto à torre.

CONCURSOS PÚBLICOS

O TRT realizou no período o XX Concurso Público para o cargo de juiz do trabalho substituto, iniciado em novembro de 2006 com 1.036 inscritos e finalizado em meados de 2007, com a aprovação de 14 novos magistrados. Como os aprovados não preencheram a totalidade das vagas existentes, em 28 de maio o Órgão Especial autorizou a realização do XXI Concurso, que está em andamento.

Para cargos nos níveis de ensino fundamental, médio e superior, foi realizado concurso público com vistas ao preenchimento do quadro de servidores da Justiça do Trabalho do Paraná, em novembro de 2007. 46.720 pessoas se inscreveram e o resultado é previsto para dezembro.

COMUNICAÇÃO EXTERNA

No dia 17 de novembro de 2006 o II Congresso Brasileiro de Assessores de Comunicação da Justiça (Combrascom) premiou o programa de rádio “Justiça do Trabalho Responde” com o segundo lugar da categoria (o vencedor, dentre dezenas de concorrentes, foi um programa radiofônico do Con-



A instalação da 2ª Vara e o Serviço de Distribuição de Feitos de São José dos Pinhais e a inauguração da nova sede da Justiça do Trabalho na cidade, foi um dos atos marcantes da gestão da desembargadora Wanda Santi Cardoso da Silva. O corregedor-geral da Justiça do Trabalho à época, ministro aposentado do TST José Luciano de Castelo Pereira participou do ato.

selho Nacional de Justiça - CNJ) e o trabalho científico “TV Justiça como instrumento de democratização do Judiciário”, do servidor da Ascom do TRT-PR Luiz Munhoz, foi premiado. Neste 2007, o “Justiça do Trabalho Responde” foi novamente finalista. Desta vez do prêmio “Anamatra de Direitos Humanos”. O informativo **Nona** foi objeto de reformulação visual em 2006 e teve prosseguimento a coluna da Justiça do Trabalho nos jornais O Estado do Paraná e Gazeta do Paraná. Ao longo de todo o biênio, foi mantido o programa “Visitação Pública”, pelo qual a comunidade acadêmica assiste a palestras sobre a estrutura e funcionamento da Justiça do Trabalho, recebendo material impresso e visitando as instalações do Tribunal.

PROCESSAMENTO DE DADOS

Foram efetivados grandes investimentos em informática no biênio. Já no início de 2006, houve sensível melhoria na estrutura física do Datacenter, tanto na sua capacidade de processamento e quanto na segurança dos dados. O Sistema de Atualização Trabalhista, antes desenvolvido em Dataflex, foi objeto de atualização em Oracle e incorporado ao Sistema Unificado de Administração Processual. O SUAP tornou-se obrigatório em março de 2006, conferindo maior segurança às consultas processuais por computador. No mesmo mês, foram implementadas diversas modificações no CTA, com sua versão 2.0, com novas funcionalidades. Em abril de 2006, teve início a utilização de código de barras no SUAP. O catálogo eletrônico de materiais de expediente foi implementado no mês seguinte, quando foi também disponibilizadas as consultas a ligações telefônicas a partir de senhas pessoais via intranet. Houve a informatização das sessões de julgamento, a partir de um sistema implementado pioneiramente em junho de 2006. O Sistema da Secretaria de Recursos Humanos passou a permitir a magistrados e servidores a atualização, também pela intranet, de seus dados funcionais, além do controle de frequência. O sistema e-Revista, desenvolvido no TRT da 9ª Região com o auxílio de outros dois Re-

gionais, foi aprovado pelo TST e, posteriormente, transformado no e-Recurso, recomendado por tribunais superiores e adotado em diversas cortes nos estados. Em 31 de agosto de 2006, foi concluído o projeto Metraframe, que consistiu na conversão das redes de dados (Novell para Microsoft) e na centralização do processamento e armazenamento de dados, segurança e comunicação da 9ª Região, com a disponibilização aos usuários de acesso remoto. As vantagens foram muitas: maior agilidade na substituição de estações de trabalho, *backup* de dados mais rápido, mobilidade, automatismo das atualizações de programas e diminuição de custos. Ao todo, 41 cidades passaram a estar interligadas (hoje já são 44), com a reconfiguração de 2.200 microcomputadores e 57 servidores de rede. Foi finalizado, também, o desenvolvimento do programa Assistente de Acórdãos (Asa) e disponibilizado a magistrados e servidores o programa “Controle de Tramitação Administrativa” (CTA), facilitando o trâmite de requerimentos, reduzindo a possibilidade de erros e diminuindo custos, mediante digitalização de documentos. O CTA passou, meses após, a se integrar com o sistema de folha de pagamento e com o aplicativo “Agenda” da intranet. A Secretaria de Informática procedeu ao treinamento de servidores para o preenchimento do novo boletim estatístico desenvolvido. Em 17 de setembro de 2007 (31º aniversário do TRT), foi inaugurado o novo site da Corte, com visual modernizado e maior funcionalidade.

PROMOÇÃO HUMANA

Em 2006, foi feito um mapeamento do estado de saúde de juízes e servidores no TRT da 9ª Região, os quais receberam também visitas, em seus locais de trabalho, de profissionais da área psicossocial do órgão, com vistas ao desenvolvimento das relações interpessoais e funcionais. Em julho do mesmo ano foi firmado convênio com a Uniodonto, mediante parceria com a Anajustra. Programas de vacinação (para mais de mil servidores), ginástica laboral, prevenção da LER com análise ergonômica e ações de medicina preventiva voltadas à promoção da saúde ocupacional foram outras ações efetivadas. Em 2007 houve também programação especial no Dia da Saúde, com verificação de pressão arterial, exames de nível glicêmico, apurações de índice de massa corporal e orientação quanto à prevenção de diabetes e hipertensão, mediante a distribuição de folders contendo dicas preventivas de enfermidades.

Em 2007, pela primeira vez, o Encontro de Saúde foi regionalizado, em Cascavel, Maringá, Londrina e Curitiba.

EAJ E CURSOS SRH

Dirigida e coordenada pelos desembargadores Ney José de Freitas e Célio Horst Waldruff, respectivamente, a Escola de Administração Judiciária realizou diversos eventos e seminários no biênio.

Em 18 de março, o ministro do TST João Oreste Dalazen proferiu palestra de abertura da EAJ, abordando na oportunidade os impactos da Reforma do Judiciário. Em 28 de abril, o ministro Dalazen dissertou sobre assédio moral.

No dia 16 de maio, foi ministrado o curso “Português instrumental” a dezenas de servidores. A palestra “O Processo do Trabalho e as recentes alterações do Código de Processo Civil”, proferida pelo jurista Estêvão Mallet, em 9 de junho, deu início ao programa de educação a distância. 132 servidores iniciantes freqüentaram curso específico em abril de 2006 e uma oficina para oficiais de justiça foi realizada no Hotel St. Emilion, em 29 e 30 de maio de 2006.

Em 23 e 30 de junho, curso sobre a reforma do CPC e seus reflexos na execução trabalhista foi ministrado, com a participação do desembargador Julio César Beber, do TRT da 24ª Região. A Escola realizou, em 3 e 4 de agosto de 2006, o IV Encontro para Oficiais de Justiça, com palestras de juízes sobre a atividade dos executantes de mandados e novas técnicas de avaliação.

Em 14 e 15 de setembro, foi promovido o II Encontro de Magistrados e Gestores, no Hotel Four Points Sheraton (Curitiba), reunindo cerca de 200 participantes. O evento contou com palestras sobre direitos humanos, educação corporativa e prescrição em ações de indenização por acidente de trabalho, *workshop* sobre a EAJ e apresentação de projetos de informatização dos serviços. O juiz Bráulio Gusmão expôs na ocasião o chamado “gerenciamento sistêmico do processo”, colocado em prática na 1ª VT de São José dos Pinhais. Novo curso sobre Direito Processual do Trabalho foi ministrado de 23 de outubro a 13 de novembro de 2006, por uma equipe de instrutoria e tutoria da Escola. No auditório desta, em 20 e 27 de novembro, respectivamente, houve a conferência “Introdução crítica aos direitos sociais como direitos humanos” (proferida pelo professor argentino Alejandro Medici) e colóquio sobre execução fiscal, que contou com a presença de juízes da Justiça Federal, auditores fiscais da DRT e procuradores da Fazenda Nacional. Em 23 e 24 de novembro, ocorreu o I Encontro de Diretores do 1º Grau, no Victoria Villa Hotel, na capital.

De 7 a 25 de maio de 2007 foi realizado pela Escola o 1º Curso de Formação Inicial, do qual participaram 16 juízes substitutos e em setembro, curso de arquivologia para servidores.

Nos dias 12 a 20 de março de 2007, gestores de unidades judiciárias participaram do curso “Instrumentos de gestão por processos”, realizado pela EAJ em convênio com o Instituto Superior de Administração e Economia (ISAE) e complementado em agosto. No dia 16 de março, no auditório da Escola, foi realizado seminário sobre temas polêmicos do Processo de Execução, ministrado pelos professores José Medina e Manoel Antônio Teixeira Filho (desembargador aposentado do TRT). Seguiram-se os seminários “Questões polêmicas em acidente de Trabalho” (desembargador Sebastião Geraldo de Oliveira - TRT-MG e professor Sidnei Machado, em 20 de abril), “Nova Lei de Falências” (desembargadores Célio Waldruff e Marcelo Papaléo de Souza - 9ª e 4ª Regiões, respectivamente, em 18 de maio), “Filosofia na Escola” (procurador fazendário Luiz Fernando Coelho e professor José Souto Maior - 15 de junho), Direito Internacional (desembargadores Luiz Eduardo

Gunther e Georgenor de Sousa Franco Filho, respectivamente dos TRTs do Paraná e do Pará - 17 de agosto), Responsabilidade Civil (professor José Affonso Dallegrave Neto e desembargador Clayton Reis - 19 de outubro).

Na EAJ ocorreu, ainda, Curso de Cerimonial Público em 28 e 29 de junho de 2007, do qual participaram cerca de 30 servidores e propiciou cursos a distância da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP).

Em parceria com o Sindicato dos Servidores da Justiça do Trabalho do Paraná (Sinjutra), a Secretaria de Recursos Humanos do TRT promoveu seminário, em 10 de agosto deste ano, sobre previdência complementar para servidores da União.

OUTRAS AÇÕES DE GESTÃO

Em 20 de janeiro de 2006, os gestores (diretores, secretários e assessores) foram reunidos pela Presidência, na busca por maior eficiência dos serviços.

Em maio de 2006, o Tribunal firmou convênio com a Delegacia Regional do Trabalho para intercâmbio de informações do Cadastro Nacional de Entidades Sindicais e do Sistema Integrado de Registro de Empresas de Trabalho Temporário, visando ao desenvolvimento de ações conjuntas.

Outro convênio importante foi o firmado em novembro de 2006 com o Tribunal de Contas do Estado do Paraná, para cooperação técnica, viabilizando composições menos onerosa para a Fazenda Pública e a quitação de precatórios trabalhistas em valores e prazos razoáveis aos trabalhadores exequentes.

Em 27 de novembro de 2006 foi instituída a Ouvidoria do TRT, que passou a receber sugestões, críticas, elogios, denúncias e pedidos de providências. A primeira e atual ouvidora é a vice-presidente do Tribunal, desembargadora Rosalie Michaelae Bacila Batista. Em 14 de junho de 2007, na EAJ, foi realizado o evento que discutiu as Ouvidorias no Judiciário brasileiro.

O TRT aderiu ao Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização - Gespública, em 16 de abril de 2007, realizando avaliação da estrutura funcional e organizacional nos primeiro e segundo graus - vide matéria à página 10 nesta edição.

A Comissão de Responsabilidade Social empreendeu diversas ações, como o “Farmácia Solidária” e a separação de resíduos para reciclagem, que beneficiam entidades assistenciais e hospitalares e preservam o meio ambiente, destinando material descartado a cooperativas de catadores. As tradicionais campanhas de Páscoa, de Inverno e de Natal propiciaram a crianças carentes chocolates, roupas e brinquedos.

O Tribunal, representado pelo desembargador Márcio Dionísio Gapski, apoiou o Núcleo Trabalho, Justiça e Cidadania no Paraná, que organizou concurso de cartazes contra a exploração do trabalho infantil.

Houve, em 2007, a reativação do programa de estágio supervisionado no TRT paranaense, com seleção realizada em 15 de setembro em todo o estado.

No início de 2008, tão logo estejam finalizadas as estatísticas anuais dos primeiro e segundo graus, serão divulgados os dados processuais relativos à atividade-fim da Justiça do Trabalho do Paraná.

PA em Rio Negro ganha nova estrutura

A presidente do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, desembargadora Wanda Santi Cardoso da Silva, inaugurou na manhã de 9 de novembro a nova estrutura do Posto de Atendimento da Justiça do Trabalho em Rio Negro. Vinculada à 1ª Vara do Trabalho de São José dos Pinhais, a unidade funciona no pavimento térreo de imóvel da municipalidade, cedido no final de 2004.

Em razão da bem-sucedida experiência como posto avançado do Judiciário Trabalhista, a unidade passa a contar com lotação fixa de servidores e mantém jurisdição sobre os municípios de Rio Negro, Quitandinha, Piên e Campo do Tenente. As quatro cidades somavam, em 2006, um contingente populacional de 64.842 habitantes, segundo dados do IBGE.

Com 89,31 m² de área interna, o Posto de Atendimento de Rio Negro está localizado na Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2.070, no bairro Seminário. O local compreende sala de audiências, secretaria e um terminal eletrônico público para consulta do anda-

mento das ações trabalhistas. A nova estrutura foi autorizada pela Resolução Administrativa 131/2007 do Tribunal e regulamentada pela Portaria SGP 94/2007, da presidência da Corte.

SOLEMNIDADE

Na cerimônia, manifestou-se por primeiro o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Rio Negro, José Valmor Ribeiro Nardes. Ele salientou o esforço da Administração do Tribunal em aproximar a Justiça do Trabalho do jurisdicionado, beneficiando sobretudo os trabalhadores, pequenos empresários e seus representantes em juízo, que passam a prescindir do deslocamento à Região Metropolitana de Curitiba para comparecer às audiências e acompanhar os processos.

Em seu pronunciamento, o prefeito de Rio Negro, Alceu Ricardo Swarowski, sublinhou que o trabalho coordenado dos três poderes, em suas diferentes esferas, tende a racionalizar o uso dos recursos públicos e que a parceria realizada com o Poder Judiciário da União, com o necessário respaldo

do Legislativo municipal, tem viabilizado o alojamento de órgãos como o Posto de Atendimento e, em futuro próximo, também da Justiça Eleitoral.

O titular da 1ª Vara do Trabalho de São José dos Pinhais, juiz Bráulio Gabriel Gusmão, dirigiu especial agradecimento aos servidores da VT. Trouxe à lembrança que, quando da efetivação do posto em 2005, em caráter itinerante, consultou o corpo funcional sobre a disponibilidade voluntária de viajarem, duas vezes ao mês, a Rio Negro. Para sua surpresa - reportou - vários servidores se prontificaram a tanto, não obstante o sacrifício que tal deslocamento representava.

A presidente do TRT, desembargadora Wanda Silva, saudou a receptividade das forças vivas da comunidade rionegrense – governo e sociedade civil - que viabilizaram a institucionalização da Justiça do Trabalho na região. Afirmou que o Posto representa o segundo passo que alicerça a instituição na cidade, expressando seu desejo de que o local se consolide como a morada da conciliação e da justiça social.



Coube ao prefeito Alceu Swarowski e ao juiz Bráulio Gusmão o desenlace da fita inaugural da nova estrutura do Posto de Atendimento da Justiça do Trabalho em Rio Negro



Desembargadora Wanda: "Morada da Conciliação e da justiça social"



Valmor Nardes (OAB de Rio Negro): "A Justiça perto do cidadão"

1ª Jornada de Direito Material e Processual na Justiça do Trabalho

Evento pioneiro tem a participação de magistrados da Justiça do Trabalho do Paraná

Foi realizada em Brasília, de 21 a 23 de novembro, a parte presencial da 1ª Jornada de Direito Material e Processual da Justiça do Trabalho, que ocorreu na sede do Tribunal Superior do Trabalho. Promoveram o evento, além do TST, a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) e a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (Enamat). Houve o apoio do Conselho Nacional das Escolas de Magistratura do Trabalho (Conematra).



1ª JORNADA DE DIREITO MATERIAL E PROCESSUAL NA JUSTIÇA DO TRABALHO

O amplo debate entre os operadores do direito sobre as matérias sujeitas à competência da Justiça do Trabalho, bem como a aproximação jurídica entre as instâncias foi o objetivo central.

Estruturado em sete comissões temáticas, com os respectivos sub-temas, foram abrangidos: direitos fundamentais e as relações de trabalho; contrato de emprego e outras relações de trabalho; lides sindicais - direito coletivo; responsabilidade civil em danos patrimoniais e extra-

patrimoniais; acidente do trabalho e doença ocupacional; penalidades administrativas e mecanismos processuais correlatos e processo na Justiça do Trabalho. Nas comissões temáticas foram discutidas e votadas as propostas de enunciados, selecionadas pela comissão científica, visando a subsidiar a jurisprudência trabalhista

Do Paraná participaram das comissões os juízes Reginaldo Melhado (titular da 6ª VT de Londrina), Eduardo Milléo Baracat (titular da 9ª VT de Curitiba), Márcia Frazão da Silva (titular da 1ª VT de Foz do Iguaçu), Sandra Mara de Oliveira Dias (titular da 2ª VT de Ponta Grossa), Sandra Mara da Costa Ressel (aposentada) e a servidora Rosângela Maria Ferreira Monteiro de Carvalho (Diretora de Secretaria da 1ª VT de Foz do Iguaçu). Os participantes são autores que tiveram suas propostas selecionadas.

O evento foi encerrado com a plenária analisando 89 propostas de enunciados sobre os diversos temas.

Validade do ato de despedida do empregado da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) está condicionada à motivação

Este texto visa a discutir, ainda que brevemente, a recente alteração da OJ nº 247, da SDI-I/TST.

A linha mestra do entendimento do Tribunal Superior do Trabalho, ali consubstanciado, restou mantida, tanto que se afirma que *“a despedida de empregados de empresa pública e de sociedade de economia mista, mesmo admitidos por concurso público, independe de ato motivado para sua validade”* (item I).

A novidade se encontra no seu item II, em que, agora, restou definido que *“a validade do ato de despedida do empregado da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) está condicionada à motivação, por gozar a empresa do mesmo tratamento destinado à Fazenda Pública em relação à imunidade tributária e à execução por precatório, além das prerrogativas de foro, prazos e custas processuais.”*

Como se percebe, como regra geral, prevaleceu o entendimento de que, o Estado, ao estabelecer vínculo jurídico sob os moldes da CLT, equipara-se, em termos de direi-

tos e deveres trabalhistas, aos demais empregadores. Nessa linha de raciocínio, conquanto o acesso dos empregados públicos dependa de prévia aprovação em concurso público (art. 37, inciso II e § 2º, da CF/88), estes não adquirem estabilidade, não se cogitando, ainda, da motivação do ato de demitir.

Estabelecida a regra, resta ver a razão de ser da exceção, visto que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) é empresa pública, mas possui tratamento diferenciado no tocante à necessidade de motivação do ato de despedida.

Necessário relembrar, que o Supremo Tribunal Federal, tendo em vista o contido no Decreto-Lei nº 509/1969, acabou por firmar o entendimento de que a ECT se beneficia dos mesmos privilégios concedidos à Fazenda Pública. Em vista disto, o TST reviu o posicionamento adotado na OJ (Orientação Jurisprudencial) nº 87 da SDI-1 que estabelecia ser direta a execução contra a ECT, passando, pois, a entender que esta deveria ser feita por precatório.

Surgiu, contudo, controvérsia, bem deli-

neada em notícia divulgada no site oficial do TST (www.tst.gov.br), em 04/10/2005, sob o título: *“Status da ECT na execução leva TST a discutir dispensa imotivada”*, onde se registrou: *“os privilégios assegurados à ECT - desde execução por precatório à imunidade tributária - levaram a Segunda e a Terceira Turmas do TST a decidir que esta não pode efetuar demissão sem justa causa como qualquer empresa pública. Por sua vez, a Subseção de Dissídios Individuais 1 (SDI-1) do TST decidiu manter, por quatro votos a três, a prerrogativa dos Correios de efetuar dispensa desmotivada.”*

A mesma fonte, lembrou o ministro Renato de Lacerda Paiva, no que afirmara que a ECT não pode ter tratamento híbrido: *“ou se lhe dá prerrogativa do ente público com ônus do ente público, ou bem se lhe confere status de empresa privada e os deveres da atividade privada”*.

A nova redação conferida à OJ nº 247, da SDI-I/TST, encerra a discussão, afastando o tratamento híbrido, acima destacado.

Lista tríplice para cargo de Desembargador do TRT-PR

O Tribunal Pleno do TRT-PR indicou, em 26 de novembro, o nome de três magistrados para ocupar vaga de desembargador do Tribunal, aberta com a posse do ministro Fernando Eizo Ono no TST.

Os titulares de Vara integrantes da lista tríplice são os juízes Francisco Roberto Ermel (2ª VT de Londrina), Neide Alves dos Santos (4ª VT de Maringá) e Dinaura Godinho Pimentel Gomes (1ª Londrina).

Natural de Londrina, o magistrado Francisco Roberto Ermel graduou-se em Direito, no ano de 1982, pela Universidade Estadual de Londrina (PR). Aprovado em concurso público, iniciou a carreira na magistratura, em 1990. Foi promovido, pelo critério de antiguidade, ao cargo de Juiz Titular de Vara do Trabalho, atuando inicialmente na VT de Pato Branco, em 1993.

Paulistana, a magistrada Neide Alves dos Santos é, desde 1983, graduada em Direito pela Universidade de Mogi das

Cruzes (SP). Iniciou a carreira da magistratura em 1990, após aprovação em concurso público de provas e títulos. Pelo critério de merecimento foi promovida ao cargo de Titular de Vara do Trabalho (4ª VT de Maringá), com posse e exercício em maio de 1993.

Nascida em Santo Antonio da Platina (PR), a magistrada Dinaura Godinho Pimentel Gomes graduou-se em Direito em 1974 pela Universidade Estadual de Londrina. Em 1992 foi aprovada em concurso público para a magistratura. Foi promovida



Juízes Francisco Roberto Ermel, Neide Alves dos Santos e Dinaura Godinho Pimentel Gomes são os indicados para vaga de desembargador do TRT-PR

em 1993, pelo critério de merecimento, ao cargo de Juiz Titular de Vara do Trabalho (VT de Toledo).

A lista será encaminhada ao Tribunal Superior do Trabalho e posteriormente à Presidência da República para nomeação do magistrado que irá ocupar a vaga.

Resultado da 2ª etapa do Concurso para juiz

Está prevista para 3 de dezembro, em sessão pública, a divulgação da relação dos aprovados para a terceira etapa (prova de sentença), a ser realizada em 2008, conforme edital 16/2007, publicado no site do TRT-PR.

Dos 354 candidatos que obtiveram a classificação para a segunda etapa do XXI Concurso Público para Magistratura do Trabalho da 9ª Região, 350 realizaram as provas de conhecimentos específicos para esta fase, realizada em 27 de outubro.

Outras informações nos sites www.trt9.gov.br e www.pucpr.br/concursosotr9.

CAEF apresenta relatório e sugestões estruturais para o 1º e 2º graus

A Comissão de Avaliação da Estrutura Funcional e Organizacional – CAEF, encarregada de analisar o atual modelo estrutural utilizado nos dois graus de jurisdição e de subsidiar, com diagnóstico, decisão que o modifique, apresentou em novembro seu relatório.

Dividida em dois grupos de trabalho, conforme o grau de jurisdição analisado, a comissão fez uso de abordagem científica. Buscou conciliar as principais correntes de pensamento da Administração, desde o início do século passado (taylorismo e fordismo), transitando por Max Weber (anos 20); a que valoriza as relações humanas (Mayo) e a análise dita sistêmica (Bertalanffy) - ambas dos anos 30); gestão por objetivos (Peter Druker - década de 50); aprendizagem organizacional (Peter Senge, nos 70); administração “virtual” (*no fin-de-siècle*) e a ênfase na administração do conhecimento como ferramenta de otimização das estruturas organizacionais, na contemporaneidade.

O relatório propõe o alinhamento organogramático à missão, à visão e aos valores institucionais da Justiça do Trabalho, identificar tarefas, organizar responsabilidade e níveis de autoridade, estruturar o processo decisório ideal, otimizar comunicação interna e externa, estabelecer indicadores de desempenho e incrementar motivação e comprometimento dos recursos humanos. Ao mesmo tempo, busca a minimização de eventuais choques de interesses departamentais. Identificada a estrutura existente como “em linha” (em que a autoridade passa por níveis de gerenciamento e supervisão), a comissão aponta as vantagens desse modal frente ao tipo “matricial”, quanto à comunicação, à definição de responsabilidades e à detecção de desvios qualitativos. Os níveis decisórios foram definidos como estratégico, tático e operacional.

O plano de ação da CAEF foi cumprido em etapas já esmiuçadas em edições anteriores do **Nona**. À época do levantamento dos dados, havia 1.777 servidores ativos, dos quais 662 no segundo grau e área administrativa (37% do total) e 1.115 no primeiro grau de jurisdição (63%) - assim distribuídos: 895 (79%) em varas do trabalho, 97 (9%) em serviços de distribuição de feitos e 133 (12%) oficiais de justiça.

PRIMEIRO GRAU

O trabalho relativo às varas, serviços de distribuição de feitos e central de mandados de Curitiba foi realizado por questionários.

A pesquisa junto aos gestores mostrou que 63% pedem mais servidores, 20% mais varas e 17% dispensam aumento do quadro.

SEGUNDO GRAU

Os 171 formulários respondidos na estrutura do TRT resultaram em 248 planilhas contendo a distribuição, nos respectivos postos de trabalho, das 3.700 atividades e/ou tarefas. Os postos de trabalho totalizam 459, dos quais 112 em atividades de gestão, 127 de análise, 192 de execução e 28 de auxílio. Tais formulários contemplaram identificação de cada atividade, descrição e fatores de avaliação - escolaridade, experiência, nível de autonomia, relevância, iniciativa, supervisão recebida e sua amplitude. Após, foi feita correlação entre atividades descritas e postos de trabalho, com indicação dos níveis de complexidade. Para classificar os dados, a Comissão uniformizou premissas, tais como não considerar gestional a mera substituição e quando não há subordinados. O relatório constata inexistirem critérios diferenciadores dos níveis das unidades (secretarias, assessorias, coordenações, serviços, divisões, seções e setores), revelando necessidade de classificação padronizada. Afirma ser confusa a distinção entre os trabalhos executados pelas estruturas de “linha vertical” (secretarias, serviços, setores, etc.) e de assessoramento, bem como ausentes os critérios para o exercício de funções comissionadas não gerenciais. Isso demandaria estudos aprofundados sobre as competências necessárias ao exercício. Dentre outras observações, a Comissão apontou não haver distinção na execução de atividades, entre analistas e técnicos e que significativa parcela dos gestores se coloca na condição de representante da equipe perante a Administração e não como representante desta perante aquela, o que seria imprescindível para uma boa gestão.

ANÁLISE

A comissão dedicou capítulo à análise crescimento estrutural. Lembrou que, inicialmente voltada ao suporte operacional da reduzida atividade processual da década de 70, houve gradativa ampliação do corpo funcional de modo reativo (para fazer frente às crescentes demandas) e não pró-ativo, organizado e programado. O relatório chama a atenção para a pouca importância dada ao desenho e ao planejamento da estrutura organizacional. Segundo o documento, “é comum organizações nascerem nucleadas por pequeno grupo de indivíduos”, mas é



necessário que seja mudada “a dinâmica das estruturas organizacionais”, o que não teria ocorrido após a instalação do Tribunal, há 30 anos. Ao contrário: mesmo “no caso das pequenas reorganizações estruturais ocorridas, descuidou-se da importância e da complexidade das interações humanas”.

OGESPÚBLICA

O relatório comissional também contempla a primeira auto-avaliação do TRT do Paraná após sua adesão ao programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização - Gespública, do Governo Federal. A auto-avaliação é instrumento gerencial voltado a análises periódicas e foi aplicada no primeiro nível (0 a 250 pontos), para o qual o Tribunal atingiu 105 pontos, consoante os seguintes critérios - entre parênteses, o percentual atingido: liderança (35%), estratégia e planos (30%), cidadão e sociedade (30%), informação e conhecimento (45%), pessoas (45%), processos (40%) e resultados (40%). A pontuação atingida indica patamar de “estágios preliminares de práticas de gestão”.

PROPOSTAS

Ao final, o documento apresenta as propostas da CAEF, dentre as quais a de que o órgão apresente, sob ótica gerencial, sua missão, visão e valores, de modo a simplificar o processo de identificação das áreas de concentração e/ou maximização de sua força de trabalho; a elaboração de um planejamento estratégico do Tribunal; o estudo da possibilidade de consultoria externa para assessoramento (mantendo-se, contudo a execução dos trabalhos de aprofundamento do Gespública por equipe do Tribunal) e, quanto ao primeiro grau, a definição de parâmetros adicionais ao do ingresso de ações - como volume de processos em execução, ritmo de trabalho, índice de acordos, número de ações extintas - para a quantificação da lotação das varas do trabalho.

O documento completo está disponível para servidores e juizes na *intranet* do TRT. O acesso dá-se através do menu “Avisos” da página <https://intranet.trt9.gov.br/> e dele consta, inclusive, quadro de lotação de servidores para as VTs (atual e sugerida).

Resultado de concurso para servidor dia 5

Os aprovados na prova objetiva para o cargo de Técnico Judiciário-Áreas Serviços Gerais, Especialidade Telecomunicações e Eletricidade do Concurso para Servidor de 2007 do TRT-PR realizaram a prova prática em 2 de dezembro. O resultado provisório para esta prova prática está previsto para 10 de dezembro. A divulgação do resultado definitivo para os demais cargos de técnico e o provisório para analista judiciário está prevista para o dia 5 de dezembro. Informações: www.cespe.unb.br/concursos/trt92007.

Última reunião de Precatórios em 2007

Em 29 de novembro, realizou-se a última audiência de conciliação em precatórios sob o comando da desembargadora vice-presidente Rosalie Michaele Bacila Batista, com o município de Lunardelli e Sindicato dos Servidores Públicos. Tratou-se da finalização do pagamento de precatório de 320 trabalhadores, totalizando um crédito de R\$ 2,5 milhões de reais. Pelo pacto cele-

brado, haverá quitação da obrigação, o que permitirá ao município iniciar o pagamento de outros precatórios a partir de fevereiro próximo. Na gestão da desembargadora Rosalie Batista foram solucionados 1.900 processos (aproximadamente R\$ 120 milhões).

Na foto, a audiência da desembargadora Rosalie Batista com representantes do município e dos servidores públicos de Lunardelli.



Informatizando

Comissão de Informática do TRT-PR

Sistema de audiências da Justiça do Trabalho

A audiência, por suas características, necessita de um sistema que permita flexibilidade e velocidade no processamento das informações. O AUD foi concebido para oferecer rapidez e confiabilidade, proporcionando satisfação ao secretário de audiência, pela facilidade de uso e variedade de recursos; ao juiz, pela possibilidade de automatização e personalização de documentos; e, finalmente, ao cidadão, por proporcionar mais comodidade e celeridade no atendimento.

Basicamente, a operação do AUD é realizada através do preenchimento de formulários específicos, que são invocados mediante o valor da informação preenchida. Por exemplo: ao informar no sistema que as partes optaram por um acordo, o sistema automaticamente abrirá um formulário para que o secretário de audiência informe as condições deste acordo, tais como: parcelamentos,

verbas, FGTS, seguro desemprego e CTPS.

A partir do momento que o secretário inicia o preenchimento das informações, o sistema automaticamente vai elaborando o texto e inserindo-o no corpo da ata de audiência, utilizando-se de modelos de textos previamente configurados pelo secretário.

Os modelos de textos poderão receber um tratamento diferenciado para cada magistrado, e, basicamente são formados por simples parágrafos intercalados com as variáveis que o sistema possui para recuperar os dados preenchidos pelo secretário. Assim, para cada opção que o sistema disponibiliza no formulário, existe um modelo de texto automaticamente vinculado.

Outra vantagem do AUD é a integração direta com o SUAP, que permite o compartilhamento de diversas informações, entre elas: pautas de audiências, processos, partes, advogados e peritos, de forma simples

e rápida. Além dessas facilidades, o sistema AUD permite que os resultados das audiências lançados no sistema sejam transferidos automaticamente para o SUAP, contribuindo na agilidade e no correto registro das informações. E por fim, ao concluir uma audiência, o AUD permite que a documento seja disponibilizado em tempo real na internet, diferente do antigo sistema que realiza a publicação de 20 em 20 minutos.

Resumindo, o AUD é uma ferramenta de apoio muito intuitiva e interessante e o percentual de sua utilização na Varas do Trabalho de todo o país vem crescendo a cada dia. Portanto, não deixe de usufruí-la!

Para assistir a uma aula demonstrativa do AUD, acesse o link <http://ead.trt9.gov.br/p92428734>

Outras informações poderão ser obtidas com a Secretária de Informática, através do ramal 7354.

Saúde em foco

Serviço de Desenvolvimento e Benefícios do TRT-PR

O verão e as doenças da pele

A incidência das infecções e parasitas de pele aumenta muito com a chegada do verão. O sol quente e a umidade do ar elevada (condições que retratam as estufas de cultivo dos germes em laboratórios), a alimentação inadequada, roupas molhadas que normalmente ficam por muito tempo coladas ao corpo, o uso de óleo protetor ou bronzeador, que selam os germes contra a pele, são fatores que facilitam a instalação destes micróbios, dependendo da resistência orgânica de cada pessoa. A areia e a água das praias poluídas, piscinas mal cuidadas, os sanitários e as saunas dos clubes de lazer, são as maiores fontes dessas infecções. São doenças inicialmente simples, mas que podem causar desconforto pela intensidade do prurido (coceira), além do aspecto estético e frequentemente evoluem com complicações graves.

A causa principal é a maior exposição aos seus agentes causadores: os fungos (causadores das micoses), bactérias (piodermite), Larva Migrans (bicho geográfico) e

as viroses (principalmente o Herpes Simples).

As micoses são causadas por germes que se classificam entre os seres vivos vegetais e animais: os fungos. A micose mais comum é a Pityriase Versicolor (pano branco). São manchas brancas com escamas finas, que surgem quando o fungo instala-se na camada superficial da pele. O reservatório principal é o couro cabeludo não lavado diariamente.

As dermatofitoses (impingem) são micoses que aparecem nas virilhas, axilas, nádegas, entre os dedos dos pés (pé de atleta) ou mesmo na superfície lisa do corpo. As bactérias mais comuns que causam as piodermite são: os estafilococos e estreptococos (Furunculose e o Impetigo). São germes que aproveitam os pequenos ferimentos da pele para se instalar e aí se multiplicam com maior ou menor intensidade.

A larva Migrans (bicho geográfico – faz verdadeiros desenhos geográficos na pele). Estão em areias de praias e condomínios, contaminadas com fezes de cães e gatos.

São lesões intensamente pruriginosas localizadas nas áreas que tiveram contato com a areia (mãos, pés e dorso) e muitas vezes complicam com infecções bacterianas. Herpes Simples é a virose mais comum.

Pode-se diminuir a incidência destas doenças, que às vezes atrapalham um bom aproveitamento desta linda estação, tomando alguns cuidados:

- praias menos poluídas e clubes bem cuidados;
- evite banho com sabonete antes da praia;
- evite o uso de cosméticos;
- dê preferência aos bons protetores solares e de apresentação gel ou líquida (alcoólica);
- ao retornar da praia, piscina ou clube, tomar banho preventivo usando um agente físico (a esponja vegetal é um excelente agente) e pouco sabonete;
- dê preferência às bebidas naturais como suco de frutas, água de coco e caldo de cana, além de beber muita água;
- a alimentação deve ser leve, porém com propriedades nutritivas (ricas em vitaminas e sais minerais) que aumentam a resistência orgânica: frutas, legumes, verduras e cereais.

Fonte: Central Nacional

TRT realiza I Encontro Regionalizado de Saúde

O TRT do Paraná realizou, em outubro e novembro, o I Encontro Regionalizado de Saúde, sob o tema “Estilo de vida & saúde”. O evento aconteceu em Cascavel, Maringá e Londrina. A última edição foi em Curitiba, em 9 de novembro.

O encontro foi desenvolvido por servidores das Sedes - Serviço de Desenvolvimento e Benefícios, dentre médicos, enfermeira, assistente social, psicóloga e fisioterapeuta, além de coordenadores.

Na ocasião foram proferidas palestras por profissionais da área de humanas: Marcelo Karam Guerra (mestre em Tecnologia Educacional), Ercília Antonio da Silva (psicóloga e mestre em criatividade aplicada) e Ricardo Wallace das Chagas Lucas (doutor em Ciência da Educação), além de servidores da Secretaria de Recursos Humanos.

Dentre os temas abordados: qualidade de vida, depressão, ansiedade, DORT, estresse e relacionamentos saudáveis. Também foram dadas orientações posturais e técnicas de alongamento no ambiente de trabalho. Foram disponibilizadas medições de IMC, PA e Destro, voltadas à promoção da saúde.

No encontro em Curitiba, que encerrou o certame, a desembargadora federal do Trabalho Rosamaria Diedrichs Pimpão representou a direção do TRT, enaltecendo a iniciativa de proporcionar momentos para a reflexão sobre qualidade de vida para magistrados e servidores. “A Justiça do Trabalho sabe da importância da valorização dos trabalhadores, e não poderia deixar de zelar pelos que, com sua força de trabalho, enaltecem a instituição”, falou a desembargadora Rosemarie.



Desembargadora Rosemarie Pimpão falou em nome da presidência do TRT



Palestrante Marcelo Karam Guerra



Palestrante Ercília Antonio da Silva



Magistrados e servidores acompanham as palestras durante a etapa realizada em Curitiba do I Encontro Regionalizado de Saúde do TRT



Palestrante Wallace das Chagas Lucas

Encerramento do Ano Judiciário

O Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região realiza em 7 de dezembro evento de encerramento do ano judiciário, no auditório da Escola de Administração Judiciária do TRT-PR (Av. Vicente Machado, 400 – anexo administrativo térreo).

O primeiro evento da tarde tem início às 14 horas, com a palestra “O Juiz e a Emoção” de Lídia Reis de Almeida Prado. A palestrante é mestre e doutora em Direito, professora da Universidade de São Paulo e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. É procuradora da Prefeitura de São Paulo e psicóloga. Seus trabalhos tratam, em especial, da participação do juiz na produção do Direito.

Às 16 horas tem início Auto de Natal 2007 do Tribunal, com momento ecumênico. Logo após, a desembargadora Ana Carolina Zaina, presidente da Comissão de Responsabilidade Social, faz seu pronunciamento. O Coral do Sinjutra apresenta-se a seguir cantando música popular brasileira. A presidente eleita, desembargadora Rosalie Michael Bacila Batista, fará o encerramento do Auto de Natal.

O evento é uma organização conjunta do TRT-PR e Amatra-IX, com o apoio da Caixa Econômica Federal.

Campanha de Natal

Será encerrada no próximo dia 10 de dezembro a Campanha de Natal do TRT-PR, que irá presentear crianças das associações de catadores apoiadas pelo Instituto do Lixo e Cidadania, em Curitiba. Para participar, basta retirar, nos andares térreo do prédio 147 ou do Fórum de 1º Grau (prédio 400) um dos cartões que enfeitam as árvores de Natal. Outras informações com Terezinha ou Elvira, no 11º andar do Anexo Administrativo (41) 3310-7470 e www.trt9.gov.br.

Servidores fazem bonito na 6ª Olimpíada

Noves servidores lotados em Varas do Trabalho do interior representaram a Justiça do Trabalho do Paraná na 6ª Olimpíada da Justiça do Trabalho, de 27 de outubro a 3 de novembro de 2007, na Paraíba, com a participação de 19 equipes.

A dupla de vôlei de quadra (Andréa, Cleide, Ethel, Lúcia, Madail, Marcela, Milani e Sheila) e a dupla de vôlei de praia (Andréa e Ethel) conquistaram a medalha de ouro.

No atletismo, a servidora Cleide conquistou a medalha de bronze nos 3 mil e 1.500 metros e a colega Andréa ficou em 4º lugar nos 1.500 e 800 metros. A equipe do revezamento 4 x 100 (servidoras Marcela, Milaine, Madail e Ethel) conquistou o 4º

lugar. No basquete, mesmo se inscrevendo na última hora, a equipe paranaense ficou em 4º lugar.

Os servidores que representaram a 9ª Região da Justiça do Trabalho na 6ª Olimpíada são os seguintes: Andréa Paula Benevino dos Santos (2ª Vara do Trabalho de Maringá), Cleide Maria Vasconcelos Alves (3ª VT de Maringá), Ethel Cristina Samek (Campo Mourão), Lúcia Abadia Vinholi Favaro e Madail Alves da Silva (1ª VT de Maringá), Marcela Del Pintor e Sheila P. Zunica de Souza (VT de Nova Esperança), Mauro Favaro (VT de Ivaiporã) e Milaine Akaloschi Novaes (Paranaíba).



Servidores da Justiça do Trabalho do Paraná comemoram a boa campanha na 6ª Olimpíada